



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**APOSTILA Nº 02 AO CONTRATO Nº 01/2019.**

**APOSTILA Nº 02 AO CONTRATO Nº 01/2019**

**PROCESSO SEI N. [0001281-02.2018.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 53/2018 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 102/2018.**

**APOSTILA Nº 02 AO CONTRATO Nº 01/2019**, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ 03.627.226/0001-05, cujo objeto é a prestação de serviços de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC) do TRE-RO (Unidades de Serviços Técnicos – USTs), conforme especificações, termos e condições contidas no Contrato mencionado.

A Ilustríssima Senhora Diretora Geral da Secretaria do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, e consoante Despacho n. 190/2021 - PRES/DG/GABDG, de 23/02/2021, RESOLVE expedir a presente apostila, com fundamento no artigo 65, §8º, da Lei n. 8.666/93, no artigo 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei n. 8.666/93 e na Subcláusula Primeira da Cláusula Décima Sétima do Contrato supramencionado, para:

**I - Registrar o 2º reajuste ao valor do Contrato 01/2019** (evento [0386835](#)) **no percentual de 4,31%** (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento), decorrente da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, aferido no período de novembro de 2019 a novembro de 2020, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 20 de novembro de 2020 (considerando que a apresentação da proposta da empresa Contratada a este TRE-RO se deu em 20/11/2018, conforme se verifica nos eventos [0362964](#), [0365219](#) e [0367180](#)), percentual esse que corresponde ao valor de R\$ 112.320,00, conforme detalhamento abaixo:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Tabela 1: Quantidades e valores estimados para o período de vigência do Contrato (**

<b>Especificação</b>	<b>Quantidade Estimada de UST</b>	<b>Preço Unitário Atual (Conf. apostila no evento <a href="#">0502304</a>)</b>	<b>Preço Total Estimado Atual (A)</b>	<b>Preço Unitário Reajustado</b>	<b>I</b>
Item único: Serviços de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura tecnológica do TRE-RO	72.000	R\$ 36,25	R\$ 2.610.000,00	R\$ 37,81	2
Despesas indenizáveis	Diárias	N/A	R\$ 146.050,00	N/A	
* Não há previsão de reajuste	Passagens	N/A	R\$ 16.250,00	N/A	
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (UST + DESPESAS INDENIZÁVEIS)			R\$ 2.772.300,00		2

**Tabela 2: Quantidades e valores estimados para 12 meses**

<b>Especificação</b>	<b>Quantidade Estimada de UST</b>	<b>Preço Unitário Atual</b>	<b>Preço Total Estimado Atual (A)</b>	<b>Preço Unitário Reajustado</b>	<b>Preço Total Estimado Reajustado (I)</b>
Item único:	28.800	R\$ 36,25	R\$ 1.044.000,00	R\$ 37,81	R\$ 1.088.928,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Serviços de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura tecnológica do TRE-RO					
Despesas indenizáveis	Diárias	N/A	R\$ 58.420,00	N/A	R\$ 58.420,00
* Não há previsão de reajuste	Passagens	N/A	R\$ 6.500,00	N/A	R\$ 6.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 12 MESES			R\$ 1.108.920,00		R\$ 1.153.848,00

Fonte: Solicitação n. 04/2021-PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC (evento [0657145](#) do Processo SEI respectivo).

II – O impacto financeiro deste reajuste sobre o total contratado é de R\$ 112.320,00 (cento e doze mil trezentos e vinte reais).

III - O presente reajuste deve ser aplicado a partir de 20/11/2020, correndo a despesa à conta do Orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Programa de Trabalho: 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa 33.90.40.10, conforme Nota de Empenho n. 2021NE000171, de 24/02/2021.

IV - Com o presente reajuste, o valor total atualizado do contrato (para eventual cômputo de acréscimos e supressões - Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93) passa a ser de R\$ 2.884.620,00 (dois milhões oitocentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e vinte reais), conforme detalhamento no Anexo I deste instrumento:

V - Para assegurar a plena execução deste ajuste, **a Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA no valor de R\$ 5.616,00** (cinco mil seiscentos e dezesseis reais), correspondente a 5%



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e da Cláusula Nona do Contrato originário.

VI - Ficam mantidas todas as demais cláusulas do Contrato TRE-RO 01/2019 que não tenham sido alteradas por Apostilas e/ou Termos Aditivos.

VII - A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrita.

Porto Velho/RO, 1º de março de 2021.

**LIA MARIA ARAÚJO LOPES**

Diretora-Geral do TRE-RO

**ANEXO I DA APOSTILA N. 02 AO CONTRATO N. 01/2019**

**Histórico do Contrato: informações sobre o Contrato inicial e de cada Aditivo/Apostila:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão realizado em cada aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato n. 01/2019, assinado em 30/01/2019 – Volume III do PA (evento n. <a href="#">0386835</a> ). Vigência de 30 meses, a contar de 07/03/2019. Valor total que constou no contrato: R\$ 2.689.500,00. Garantia: R\$ 134.475,00.	R\$ 2.689.500,00	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>Apostila n. 1, assinada em 10/02/2020 – Volume XI do PA (evento n. <a href="#">0502304</a>).</p> <p>Reajuste de 3,27% referente ao acumulado do IPCA em novembro/2018 a novembro/2019, com efeito a contar de 20/11/2019.</p> <p>Valor que constou na apostila 1: R\$ 82.800,00.</p> <p>Garantia: R\$ 4.140,00</p>	R\$ 82.800,00	-
<p>Apostila n. 2, assinada em __/03/2021 – Volume XIII do PA (evento n. <a href="#">0665267</a>).</p> <p>Reajuste de 4,31% referente ao acumulado do IPCA em novembro/2019 a novembro/2020, com efeito a contar de 20/11/2020.</p> <p>Valor que constou na apostila 2: R\$ 112.320,00.</p> <p>Garantia: R\$ 5.616,00.</p>	R\$ 112.320,00	-

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

<b>VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	<b>R\$ 2.884.620,00</b>
<b>PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	<b>0,00%</b>

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO****LOPES, Diretora Geral**, em 04/03/2021, às 18:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001281-02.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STIC

ASSUNTO: Aplicação de reajuste, em sentido estrito, no Contrato n. 01/2019.

**PARECER JURÍDICO Nº 2 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, efetivou-se a contratação da empresa DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.627.226/0001-05, para o fornecimento de unidades de serviços técnicos – UST, a fim de prestar suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) deste Tribunal Regional Eleitoral – TRE/RO, pelo prazo de 30 (trinta) meses, a contar de 07/03/2019, conforme Contrato nº 01/2019 ([0386835](#)).

**02.** De acordo com ofício nº 0008/2020 ([0657140](#)) a contratada solicitou reajuste, com aplicação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), no percentual de 4,31% (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento), uma vez que já existe previsão contratual e ocorreu o preenchimento do requisito temporal em novembro de 2020.

**03.** A cerca disto, o Coordenador de Suporte e Urnas Eletrônicas – COSUPUE, substituto, unidade gestora do contrato, tendo conferido e atestado o percentual solicitado ([0657140](#)), manifestou-se pela concessão do reajuste solicitado, informando não haver necessidade do reforço/ suplementação da nota de empenho para cobrir a despesa e que a despesa foi devidamente inscrita na proposta orçamentária do exercício de 2021, sob o plano interno AOSI APOIO ([0575146](#)). E, encaminhou os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC formalização do reajuste pleiteado, conforme Solicitação nº 4/2021 – PRES/DG/STIC/COSUP ([0657145](#)).

**04.** A secretária, em substituição, da SAOFC, por meio do Despacho nº 154/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0657420](#)), considerando o constante na solicitação do gestor, remeteu os autos à COFC



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para programação orçamentária, à SECONT para elaboração da minuta da apostila, e posteriormente, a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico. Por último, determinou o retorno dos autos ao gabinete da referida secretaria para demais providências.

**05.** Depois da COFC juntar aos autos a Programação Orçamentária ([0658253](#)) e a Seção de Contratos a minuta da Apostila nº 02 ao Contrato nº 01/2019 ([0658651](#)) procedeu-se a remessa dos autos a esta Assessoria ([0658704](#)). **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**06.** A pretensão da contratada tem amparo no **art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, tendo estes sido reproduzidos expressamente nas **subcláusulas primeira e segunda da Cláusula Décima Sétima** do ajuste administrativo:

**Subcláusula Primeira** – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei n. 10.192/2001 e Acórdão TCU n. 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei n. 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ante a ausência de índice setorial específico para serviços de tecnologia da informação.

**Subcláusula Segunda** – Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO.

**07.** O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704, orienta:

Para concessão de reajuste, o marco inicial conta-se da **data da apresentação da proposta** ou da data do orçamento a que a proposta referir-se, conforme previsto no edital e no contrato, **ou ainda do último reajustamento**. (sem grifo no original)

**08.** A contratada solicitou a aplicação do reajuste de preços no percentual de 4,31% (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento) pelo IPCA-IBGE, consoante preconiza a regra contratual mencionada, a fim de repor perdas inflacionárias do período entre novembro de 2019 a novembro de 2020 ([0657140](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**09.** Nesse sentido, resta verificado o preenchimento do período aquisitivo para a aplicação do reajuste, pois foi decorrido um ano da data limite para apresentação da proposta que, no caso em comento, foi definida no Edital do certame ([0356676](#)) que precedeu o Contrato nº 1/2019 como sendo **20/11/2018**. Desta forma, o íterim que deve ser cumprido para o segundo reajuste em análise é de **20/11/2019 a 20/11/2020**.

**10.** Importa destacar o **poder-dever** de a Administração manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO:

**13.2** É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

(...)

**13.4** Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

(...)

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

(...)

**8.2.** determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

(...)

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n.º 8.666/93;

**11.** O TCU e a AGU, claramente responsabilizam a Administração pela aplicação automática do reajuste em sentido estrito nos contratos administrativos, vejamos texto do **Parecer nº 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

**39.** A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

**41. O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).**

**42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, o reajuste deve ser automático e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.**

**43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.**

(...)

**12.** Em vista disso, levando em consideração a solicitação do gestor ([0657145](#)), não há óbice jurídico para a recomposição da equação econômico-financeira dos valores do Contrato nº 01/2019, fundamentado no art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993.

### **III – CONCLUSÃO**

**13.** Dessa forma, esta Assessoria julga devida à aplicação do reajuste contratual no patamar de **4,31%** (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento) referente aos meses de novembro de 2019 a novembro de 2020.

**14.** Em análise formal aos termos da minuta de Apostila nº 02 ao Contrato nº 01/2019 ([0658651](#)), percebe-se que o referido instrumento, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, motivo pelo qual esta Assessoria Jurídica manifesta sua **APROVAÇÃO**, para cumprimento do parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**15.** Alerta esta AJDG pela necessidade da demonstração nos autos da **situação de regularidade** da empresa **DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA** com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões que deverão ser juntadas aos autos.

**16.** Importa destacar que será necessária a notificação da contratada para apresentar complementação da garantia contratual, com base nos valores atualizados do contrato, conforme delineado no item V da minuta de Apostila contratual.

**17.** Calha anotar, por fim, que esta unidade jurídica analisou apenas os **aspectos jurídicos do ato em discussão**, tendo excluído aqueles de índole material associados ao objeto, cálculos e índices, em razão da sabida falta de atribuição legal para tanto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO**, Assessor Jurídico, em 11/02/2021, às 11:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 11/02/2021, às 11:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001281-02.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Reajuste ao Contrato n. 01/2019 – Contratada DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. – Prestação de serviços de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

**DESPACHO Nº 190 / 2021 - PRES/DG/GABDG**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da empresa DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.627.226/0001-05, para o fornecimento de unidades de serviços técnicos – UST, a fim de prestar suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) deste Tribunal Regional Eleitoral – TRE/RO, pelo prazo de 30 (trinta) meses, a contar de 07/03/2019, conforme Contrato nº 01/2019 ([0386835](#)).

A contratada, mediante Ofício nº 0008/2020 ([0657140](#)), solicitou reajuste, com aplicação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), no percentual de 4,31% (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento), uma vez que já existe previsão contratual e ocorreu o preenchimento do requisito temporal em novembro de 2020.

A Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas – COSUPUE, unidade gestora da contratação, após conferir e atestar o percentual solicitado ([0657140](#)), manifestou-se pela concessão do reajuste pleiteado, informando não haver necessidade do reforço/suplementação da nota de empenho para cobrir a despesa, tendo em vista que já está devidamente inscrita na proposta orçamentária do exercício de 2021, sob o plano interno AOSI APOIO ([0575146](#)). Em seguida, encaminhou os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC formalização do reajuste pleiteado, conforme Solicitação nº 4/2021 – PRES/DG/STIC/COSUP ([0657145](#)).

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou o feito, concomitantemente, à COFC, para programação orçamentária da despesa referente ao reajuste solicitado; à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de apostila e à AJDG, para emissão de parecer jurídico ([0657420](#)).

Em atendimento ao Despacho n. 154/2021 ([0657420](#)), a COFC enviou os autos à SPOF para programação orçamentária do valor de R\$ 41.356,09 (quarenta e um mil trezentos e cinquenta e seis reais e nove centavos) necessário para o reforço de empenho em relação aos efeitos financeiros alusivos ao exercício 2021 ([0658195](#)). Sendo assim, a referida unidade elaborou a programação orçamentária para atender o reajuste pretendido ([0658253](#)).

A SECONT elaborou minuta de Apostila nº 02 ao Contrato nº 01/2019 para registrar o REAJUSTE ao valor do referido instrumento



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratual ([0658651](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0658704](#)).

Instada a se manifestar, a AJDG emitiu o Parecer Jurídico nº 2/2021 ([0659180](#)), em que opinou ser devida a aplicação do reajuste contratual no patamar de **4,31%** (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento) referente aos meses de novembro de 2019 a novembro de 2020 e aprovou os termos da minuta de Apostila nº 02 ao Contrato nº 01/2019 ([0658651](#)), conforme artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Alertou, ainda, acerca da necessidade da demonstração da **situação de regularidade** da empresa **DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA** com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões que deverão ser juntadas aos autos, bem como de notificação da contratada para apresentar complementação da garantia contratual, com base nos valores atualizados do contrato, conforme delineado no item V da minuta de Apostila contratual.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pelo deferimento do reajuste pretendido, no percentual de **4,31%** (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento) referente ao período de novembro/2019 e novembro/2020, com fundamento no [inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/1993](#) e ainda [Cláusula Nona do Contrato Originário](#); pela atualização dos valores do Contrato n. 1/2019 ([0386835](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 2.884.620,00** (dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil seiscentos e vinte reais) devido ao impacto do reajuste aplicado, com fundamento no [§ 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93](#) (evento [0660629](#)).

Com efeito, as Subcláusulas Primeira e Segunda da Cláusula Décima Sétima do Contrato nº 01/2019 ([0386835](#)) traz a seguinte previsão:

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei n. 10.192/2001 e Acórdão TCU n. 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei n. 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ante a ausência de índice setorial específico para serviços de tecnologia da informação.

**Subcláusula Segunda** – Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cumpridos os requisitos previstos para concessão do reajuste, com efeitos financeiros desde o mês de novembro/2019, tendo um impacto financeiro de **R\$ 41.356,09** (quarenta e um mil trezentos e cinquenta e seis reais e nove centavos) para o período de 12 (doze) meses, com a atualização dos valores do Contrato na ordem de **R\$ 2.884.620,00** (dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil seiscentos e vinte reais) devido ao impacto do reajuste aplicado.

Cabe registrar que, conforme informado pela COSUPUE ([0657145](#)), não houve necessidade de reforço ou suplementação, tendo em vista que para o exercício de 2021, a despesa foi devidamente inscrita na proposta orçamentária, já com o reajuste aplicado.

Por todo exposto, considerando os termos do artigo 1º, II da Portaria nº 269/20216, **esta Diretora-Geral:**

**1 - autoriza o reajuste do Contrato nº 01/2019**, no percentual de **4,31%** (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento) referente ao período de novembro/2019 a novembro/2020, tendo um impacto financeiro de **R\$ 41.356,09** (quarenta e um mil trezentos e cinquenta e seis reais e nove centavos), com fulcro no inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/1993 e ainda Subcláusulas Primeira e Segunda da Cláusula Décima Sétima do Contrato Originário, conforme registrado minuta de Apostila nº 02 ([0658651](#)), nos termos do § 8º do art. 65 da Lei de Licitações e Contratos, devidamente aprovada pela AJDG; e

**2 - determina a notificação da empresa contratada para demonstração nos autos da situação de regularidade** com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões atualizadas que deverão ser juntadas aos autos, antes da assinatura da Apostila;

**3 - determina a notificação da Contratada para complementação da garantia**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura da Apostila, no valor de R\$ 5.616,00 (cinco mil seiscentos e dezesseis reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e da Cláusula Nona do Contrato originário.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À SAOFC para para continuidade do procedimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 23/02/2021, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.